

A taxa de desocupação no primeiro trimestre deste ano foi maior entre as mulheres, pretos e pardos. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) foram divulgados em 18/05/23 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a pesquisa, a taxa de desemprego entre as mulheres ficou em 10,8%, enquanto entre os homens o índice foi de apenas 7,2%. “A taxa das mulheres é 50% maior do que a dos homens. Mas a gente vê que houve um aumento da taxa tanto para mulheres quanto para homens”, afirma a pesquisadora do IBGE Alessandra Brito.

No último trimestre de 2022, o índice de desocupação das mulheres era de 9,8% enquanto o dos homens era de 6,5%.

No recorte por cor ou raça, o IBGE verificou que a taxa de desocupação, no primeiro trimestre deste ano, era de 11,3% entre os que se autodeclaravam pretos, 10,1% entre os pardos e 6,8% entre os brancos.

“A maior taxa de desocupação entre mulheres e entre pessoas de cor preta e parda é um padrão estrutural do Brasil, que a pesquisa acaba refletindo. Essas populações também estão sobrerrepresentadas na informalidade, se comparadas aos homens e às pessoas de cor branca”, explica Alessandra.

Também foi verificada uma taxa maior para aqueles que têm ensino médio incompleto (15,2%). A menor taxa foi encontrada nas pessoas com ensino superior completo (4,5%). Nos demais níveis de escolaridade, os índices foram os seguintes: sem instrução (6,7%), fundamental incompleto (8,7%), fundamental completo (10,1%), médio completo (9,9%) e superior incompleto (9,2%).

Na análise das faixas etárias, os mais jovens enfrentam maiores dificuldades em encontrar emprego. De 18 a 24 anos, a taxa de desocupação é de 18%. De 25 a 39 anos, a taxa cai para 8,2%. Na faixa de 40 a 59 anos, passa para 5,6%. E chega a 3,9% entre aqueles que têm mais de 60 anos.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/.../desemprego-e-maior...>

Recentemente, o Senado aprovou a atualização da lei de Cotas

O PL 5.384/2020 prevê que, entre outras mudanças, os candidatos cotistas passarão a concorrer também nas vagas gerais, e apenas se não conseguirem nota para ingresso concorrerão às vagas reservadas. Além de aprimorar a política de cotas para ingresso nos estabelecimentos federais de ensino superior ou de ensino médio técnico, o texto altera critérios socioeconômicos (que levam em conta a renda e a formação em escola pública) e insere os quilombolas entre os beneficiados pela reserva de vagas, que já inclui pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. O presidente sancionou a lei em 13/11/23.

Em pronunciamento no Plenário, Paulo Paim (PT-RS) lembrou que, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2012 40.661 estudantes ingressaram no ensino superior da rede federal por ações afirmativas. Em 2022, esse número foi de 108.616.

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/.../senado-aprova-atualizacao...> e <https://www12.senado.leg.br/.../sancionada-ampliacao-da...>

Ainda tem muito a ser feito para que as oportunidades sejam equivalentes.

No país, as populações negras e pardas são a maior parte da população (57%), no entanto, estão mais presentes entre as pessoas abaixo das linhas de pobreza e, por isso mesmo, com menos acesso à saúde, educação, moradia, segurança.

No saneamento a situação não é diferente, há desigualdade no acesso à água tratada, coleta e tratamento de esgoto. A Síntese de Indicadores Sociais – SIS, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – em 2018 (<https://www.ibge.gov.br/.../9221-sintese-de-indicadores...>), mostrou que, 54,7% dos domicílios em que a pessoa residente era negra ou parda tinham acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento por rede coletora ou pluvial e coleta direta ou indireta de lixo. Entre os domicílios em que a pessoa residente era branca, esse percentual subia para 72,1%. Na publicação, o IBGE ressalta que em todos os indicadores de habitação e saneamento analisados, a situação da população negra ou parda é mais grave do que a enfrentada pela população branca.

Privatização do Saneamento afeta sobretudo a negros e pobres

Recentemente, em artigo, Andrea Matos – conselheira fiscal do ONDAS, abordou o racismo ambiental, apontando que negros e pobres serão os principais afetados pela privatização do saneamento. “Com uma caneta também se mata. A privatização da água e do saneamento representa mais um método de eliminar o trabalhador e a trabalhadora, principalmente os negros e negras que têm menores salários”, avalia.

ALGUNS PROCESSOS LICITATÓRIOS EM ANDAMENTO

O BNDES responsável pelos editais de licitação de concessões tem listado em seu site (<https://saneamento.bndes.gov.br/pt/home/>), processos em andamento:

Rio Grande do Sul – PPP de esgotamento sanitário em até 41 municípios do estado do Rio Grande do Sul.

Acre – Concessão comum em água e esgotamento sanitário nos 22 municípios do Estado do Acre.

Ceará – Concessão administrativa (PPP) de esgotamento sanitário no Estado do Ceará.

Rio de Janeiro – Concessão comum em distribuição de água e em esgotamento sanitário em 64 municípios do Estado do Rio de Janeiro, divididos em 4 blocos.

Amapá – Concessão comum em água e esgotamento sanitário em 16 municípios do Estado do Amapá.

<https://ondasbrasil.org/desigualdade-no-acesso-ao.../>

<https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/>

[#ODS1](#) [#ODS6](#) [#ODS10](#) [#observatoriosocialpocossustentavelavel](#) [#RacismoAmbienta](#)
[#consciencianegra](#)